Histórico do departamento

O primeiro período, que vai da fundação em 1934 até cerca de 1957, corresponde à época das Missões Francesas, isto é, de professores franceses que para aqui vieram com a tarefa específica de criar e constituir as diretrizes básicas do curso bem como formar os futuros docentes. A segunda fase, entre 1958 e 1968, corresponde à consolidação do estilo de trabalho que conferiu ao Departamento o seu caráter específico no panorama filosófico-universitário do País. Sob a influência, a um tempo diversificada e confluyente, de Granger, de Guérout, de Goldschmidt, estabeleceram-se padrões técnicos e críticos de trabalho filosófico e de estruturação acadêmica favorecidos pela postura politicamente aberta dos então catedráticos João Cruz Costa e Lívio Teixeira. A terceira fase inicia-se com a crise política de 68, quando sobrevieram as cassações que puseram em risco a própria sobrevivência do curso. A Reforma Universitária impôs à graduação uma estrutura rígida que forçou a introdução de novas disciplinas e o atendimento a diretrizes quantitativas de formação (créditos).

O estilo de trabalho, consolidado no segundo período que mencionamos acima, prescrevia para a graduação objetivos de formação técnica e crítica, centrado numa abordagem analítica da História da Filosofia, que visava a dar ao aluno instrumentos teóricos para a compreensão das lógicas internas dos sistemas filosóficos. A preocupação dominante era a preparação para a pesquisa de acordo com padrões herdados da historiografia francesa recente. Antes da Reforma Universitária tal trabalho podia ser desenvolvido de forma intensiva, uma vez que o currículo era constituído por um número relativamente reduzido de disciplinas, com pequena carga horária semanal e ministradas ao longo de um ano. Estas características conjugavam-se com exigências rigorosas no tocante à carga de leitura e trabalho aprofundado com os sistemas e autores tratados nas disciplinas.

Com o advento da Reforma Universitária, os objetivos mantiveram-se enquanto definidores do caráter do curso, mas as condições de atingi-los tornaram-se cada vez mais problemáticas, devido a vários fatores. Em primeiro lugar há que se considerar a necessidade da introdução de novas disciplinas obrigatórias e optativas, a ampliação da carga horária semanal e a semestralidade, tudo isto imposto pelo regime de créditos que passou a vigorar. Tais modificações reduziram muito a possibilidade de trabalho intensivo nos moldes que descrevemos acima. O aumento do número de vagas, imposto pelas

circunstâncias históricas do início dos anos 70, a unificação do vestibular e a deterioração do Segundo Grau são igualmente fatores que vêm dificultando extremamente a compatibilização dos objetivos do curso com as condições concretas do alunado que ingressa na Universidade.

É evidente que, nas condições atuais, a preparação para a pesquisa vem sendo equilibrada com dois outros objetivos, que são a formação profissional do docente do Ensino Básico e a formação complementar de estudantes de outras áreas, formados ou não, que procuram o curso. Não consideramos, entretanto, que deva haver uma separação drástica entre preparar para a pesquisa e preparar para a docência no Ensino Básico: deve haver, pelo contrário, um equilíbrio entre as duas finalidades principais do curso, de modo a não excluir, discriminatoriamente, uma ou outra das opções do aluno.

[history of the department](#)